



CONSTEYNNOS IX ROYO Y IMPERAD

A.S. 291

No.4 de 2022

Um Ato Relativo à Necessidade de Reformar o Parlamento Imperial

Sanção concedida no dia 24 de março de 2022



SARHOLM



aya seo donir plisir eun Seito Majis Imperial y Stefanica, pur Seito Majis y pul y pur tel consei y sazion eui tel Parlarmente eui tel Rozirre, comaria tel segeoare:

1. Necessidade de Reforma

O Novo Império Saroviano é a principal nação democrática da Comunidade Militar do Graal e é um dos únicos exemplos de democracia em funcionamento. No entanto, não é isento de falhas. Ele é suscetível à influência estrangeira, como qualquer democracia, e é necessário que os sarovianos patriotas o denunciem e rejeitem a intromissão estrangeira nos assuntos sarovianos. Pior do que a influência estrangeira, ela está se tornando cada vez mais autocrática e controlada por aqueles que são os donos do país, e não pelas pessoas que vivem nele. Apesar de o Primeiro-Ministro ter quase todos os poderes necessários, aqueles que influenciam o ocupante do cargo geralmente não são democráticos.

A Constituição promete claramente que Sarovia deve “reconhecer cada cidadão como um parceiro igual no governo”, bem como proteger a democracia saroviana “contra a corrupção da tirania e a abdicação da razão”. Portanto, é necessário fazer as reformas necessárias, dentro dos poderes concedidos ao governo, para cumprir as promessas feitas à Constituição que garante a igualdade de todos os sarovianos.

2. Banimento da interferência imperial nos Comuns

Foi alegado por vários dissidentes que Sua Majestade Imperial tem uma influência considerável na supervisão da Câmara dos Comuns. Embora nós, como sarovianos, sejamos igualmente obrigados a proteger a instituição da monarquia, é inaceitável que o Imperador ou qualquer um de seus sucessores influencie o governo democraticamente eleito, formal ou informalmente. É proposto, então, o seguinte:

- a) A neutralidade teoricamente política à qual a Casa de Vasa aderiu mais ou menos no passado deve agora ser consagrada como lei. É proibido ao atual soberano do Novo Império Saroviano e de suas colônias e domínios expressar qualquer apoio político a um partido ou outro.
- b) Se o soberano e seu cabelo se intrometerem nos assuntos do governo democraticamente eleito e, ao serem solicitados a retirar seu apoio, recusarem três vezes, a Lei de Regência entrará oficialmente em vigor por um período de uma semana - com um membro da Casa de Vasa se tornando o regente. Como é constitucionalmente impossível que o soberano seja julgado em um tribunal, a redução temporária de seu poder deve ser um lembrete adequado o suficiente.

O Soberano é nobre demais para apoiar as políticas do povo comum. Essa seção só se aplica à Câmara dos Comuns, conforme sugerido pelo nome - Sua Majestade Imperial pode fazer comentários e conversar com seus nobres pares para garantir que a legislação seja aprovada. No entanto, ainda é estritamente proibido que o soberano expresse apoio político a partidos na Assembleia dos Pares.

3. Casa de Vasa e os Comuns

Para democratizar ainda mais o governo, é necessário remover totalmente a influência da Casa de Vasa sobre o governo democraticamente eleito. Recomenda-se que todos os futuros membros da House of Vasa e dos ramos cadetes sejam impedidos de concorrer a eleições na Câmara dos Comuns, com a intenção de que, dentro de alguns anos, todos os membros da Câmara sejam banidos. Todos os membros atuais da Casa do Vasa estão impedidos de concorrer a eleições na Câmara dos Comuns, com exceção dos seguintes indivíduos, que

podem continuar concorrendo ao cargo devido ao seu serviço anterior no governo democraticamente eleito:

- a) Sua Alteza Imperial, o Príncipe de Cuive,
- b) Sua Majestade Imperial, a Imperatriz-Consorte,
- c) Sua Graça os Duques do Preuze Superior e Preuze.

4. Intenção futura de alterar a Constituição

Uma emenda à Constituição é difícil de ser feita, mas é necessário apontar uma falha constitucional. Na Constituição, os membros do Parlamento que se aposentam da Sarovia podem permanecer legalmente como deputados. Isso não foi contestado no tribunal e, na prática, os novos deputados são eleitos/nomeados de acordo com a Lei de Eleições, mas é necessário que esse tópico seja visitado na próxima convenção constitucional e substituído por uma alternativa que permita a realização de eleições parciais.

5. Membros não-pares do Parlamento

A Câmara dos Comuns está se tornando cada vez mais administrada por membros da nobreza. Na última eleição, metade dos membros eleitos do Parlamento também possuía títulos nobres. Isso está se tornando cada vez mais antidemocrático e deve ser resolvido imediatamente. Portanto, sugere-se que o seguinte seja aplicado imediatamente:

- a) Nenhum membro da Assembleia dos Pares pode se sentar como membro do Parlamento na Câmara dos Comuns em uma sessão parlamentar consecutiva: depois disso, ele deve se abster de se sentar na Câmara dos Comuns por um mandato ou renunciar permanentemente à sua cadeira na Assembleia dos Pares. Eles podem manter seu título de nobreza, mas nenhuma das vantagens que o acompanham.
- b) No caso de mais de 50% da Câmara dos Comuns ser um membro da nobreza, uma nova eleição deve ser realizada em uma semana.

6. Um apelo para abolir os títulos

A atual Assembleia de Pares tem se sentado sobre os louros nos últimos meses e tem se recusado a participar de reuniões parlamentares, como contagem de votos ou discursos do trono. A Assembleia atual está contaminada por uma infinidade de membros que rejeitam seus deveres e obrigações como membros da nobreza saroviana. Não é prerrogativa do governo dissolver títulos de nobreza, pois o soberano é a fonte da honra. No entanto, está dentro da prerrogativa do governo declarar os indivíduos legalmente mortos, envolvendo-se assim no ato legítimo de sucessão de seus títulos. O Governo de Sua Majestade Imperial declara os seguintes indivíduos como legalmente mortos:

- a) Fluffy, a Baronesa de Modena,
- b) Frap, a Baronesa de Scotia,
- c) Enrico Atlas, o Barão de Belmont,
- d) Bunny, Dama da Ordem Mais Nobre do Novo Império Saroviano,
- e) Lawliet, o Barão Mako,
- f) e Romeo Lyon, o duque de Sorrel.

O Governo de Sua Majestade Imperial também solicita que, de acordo com a Constituição, Sua Majestade Imperial declare Sir George, Duque de Vurgos, legalmente morto, e tome para si o título de Duque de Vurgos, para distribuir conforme necessário.

7. Necessidade de comparecer

O Parlamento Imperial acredita firmemente que a Assembleia dos Pares não deve ter o direito de receber um salário e não contribuir para a democracia e o debate em Sarovia. Portanto, é obrigatório que todos os membros da Assembleia dos Pares, sejam eles cavaleiros de uma ordem ou da nobreza fundiária, tenham a necessidade de comparecer à Assembleia dos Pares na maioria dos eventos a seguir.

- a) Discursos do trono,
- b) Uma reunião da Assembleia de Pares por mês, no mínimo,
- c) O comparecimento a futuras investiduras de nobreza,
- d) A convocação direta de Sua Majestade Imperial, o Imperador, para comparecer, sem desculpas,
- e) E a presença obrigatória absoluta em qualquer coroação futura de monarcas.

Infrações repetidas e recusas de comparecimento podem resultar no fato de o governo de Sua Majestade Imperial declarar os titulares legalmente mortos e dar continuidade à linha de sucessão.